



30 CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, domingo, 27 de setembro de 2026

Educação antirracista no cotidiano

Discutir questões raciais com os estudantes também significa ajudá-los a encontrar pertencimento

ISABELA COSTA*

A educação antirracista pode começar muito antes de uma criança ou um adolescente compreender o significado da palavra racismo. Na escola, ela também aparece nas referências apresentadas aos estudantes, nas histórias contadas em sala, nas manifestações culturais valorizadas e nos espaços criados para que eles possam falar sobre suas próprias experiências.

No Centro de Ensino Médio (CEM) 01 do Riacho Fundo II, essa proposta faz parte do planejamento pedagógico da instituição. A escola realiza anualmente o Seminário de Educação Antirracista e Antissexista, mas a programação é tratada como a culminância de um trabalho desenvolvido durante todo o ano letivo. Para o diretor Júlio Molinari, a iniciativa representa mais do que um evento. “Não estamos falando apenas da realização de um seminário ou de uma atividade pontual. Estamos falando de uma concepção de educação e de um compromisso que a escola assumiu com a comunidade que atende”, afirma.

A escolha por manter o tema presente na rotina parte da realidade dos próprios estudantes. Segundo a direção, uma avaliação diagnóstica apontou que mais de 66% dos alunos se autodeclararam negros. O dado levou a equipe gestora a refletir sobre a necessidade de ampliar a presença da história, da cultura e das referências negras no cotidiano escolar.

A professora de língua portuguesa Anna Alice de Sousa Nunes, do Centro de Ensino Fundamental 04 do Guará, reforça

que a educação antirracista precisa fazer parte da rotina escolar durante todo o ano, e não apenas das atividades relacionadas ao Dia da Consciência Negra. “Temos que criar nos alunos a consciência de quando eles estão praticando racismo, de quando eles estão sofrendo e de como eles estão, às vezes, repetindo comportamentos sem saber”, justifica.

A proposta está alinhada às diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais. A Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio. A legislação determina que os conteúdos sejam trabalhados em todo o currículo escolar, e não apenas em disciplinas específicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais também estabelecem como objetivo a valorização da identidade, da história e da cultura afro-brasileiras e a construção de relações étnico-raciais positivas.

Para Anna Alice, um dos desafios está na preparação dos professores e na compreensão de que o tema deve atravessar diferentes áreas do conhecimento. “A dificuldade que encontramos hoje nas escolas é, primeiro, a falta de formação para sabermos o que falar e como falar. Também os professores entenderem que aquele conteúdo é algo que faz parte do projeto político pedagógico, é um conteúdo transversal, para se trabalhar em todas as matérias”, afirma.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Rafaela está prestes a ir para um intercâmbio na Espanha: “1ª vez que eu me senti pertencente”

No CEF 04 do Guará, Anna Alice desenvolve projetos em parceria com a professora de ciências Maria Eduarda Alves Paes. Neste ano, uma das iniciativas será um sarau poético relacionado à consciência negra, com atividades inspiradas na obra da escritora Conceição Evaristo. A proposta inclui poemas, dança e fotografias dos estudantes, em um trabalho voltado à valorização de suas identidades e de suas vivências. “O aluno não só aprende, como ele não esquece e passa isso para frente”, diz Anna Alice.

Pertencimento

Para a supervisora pedagógica CEM 01 Isabela de Sá Félix, discutir questões raciais com os estudantes também significa ajudá-los a compreender o próprio lugar na sociedade. Para ela, quanto mais cedo essas conversas começam, maiores são as

possibilidades de os jovens reconhecerem situações de violência e compreenderem as questões que atravessam suas vidas. “É importante para eles entenderem o local deles no mundo, e como essas pautas atravessam quem eles são”, explica.

Essas referências também podem surgir entre os próprios estudantes. Rafaela Queiroz, de 16 anos, está prestes a viajar para a Espanha após ser selecionada para uma oportunidade de intercâmbio. A aprovação fez com que percebesse que poderia ocupar espaços que antes pareciam improváveis. Para ela, o trabalho desenvolvido pela escola contribuiu para essa transformação. “Foi a primeira vez que eu me senti pertencente a algum lugar”, relata.

Na prática

A proposta do CEM 01 está inserida em uma política mais

ampla da rede pública de ensino do Distrito Federal. Segundo a Secretaria de Educação (SEDF), as escolas recebem orientações por meio de diretrizes normativas, pedagógicas e procedimentais relacionadas à educação antirracista. Entre as ações estão normas para inclusão da temática nos projetos político-pedagógicos, iniciativas de letramento racial, protocolos e materiais de apoio.

A formação dos profissionais também é apontada pela Secretaria como uma ação contínua. Professores e demais profissionais participam de cursos, ciclos formativos e projetos desenvolvidos em parceria com a Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape) e a Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (Subin/DDHD).

* Estagiária sob a supervisão de Sibele Negromonte